PROCESSO SELETIVO ACT – EDITAL Nº 012 – 2026

CARGO: ADMINISTRADOR ESCOLAR

Nome do Candidato(a):

INSTRUÇÕES
I – Preencha os campos destinados ao seu nome e à assinatura no caderno de Questões e Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
II – O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser pintado todo o interior, ou feito um **X** na resposta certa.
III – O prazo de realização da prova é de duas horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 30 (trinta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, podendo, no entanto, levar uma folha de RASCUNHO com as respostas.
IV – Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo – lhe a Folha oficial de Respostas e o Caderno de Provas, devidamente preenchidos e constando seu nome completo.
V – Os 3 (três) últimos candidatos deverão retirar-se juntos da sala de provas, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
VI - O gabarito preliminar estará disponível no site da Prefeitura de Itapoá, no dia posterior à aplicação da prova.
VII – O NÃO cumprimento das determinações constantes do Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas, incorrerá na eliminação do candidato.

COMPOSIÇÃO DO CADERNO DE PROVAS	
Disciplinas	**Nº Questões**
Conhecimentos Gerais	01 a 07
Conhecimentos Específicos	08 a 14

Boa Prova!

CONHECIMENTOS GERAIS

01. O art. 2º da LDB - Lei nº 9.394/1996 estabelece que a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, analise as afirmativas:

I. O dever do Estado se materializa apenas na oferta de vagas na educação básica obrigatória.

II. A responsabilidade pela permanência e aprendizagem do estudante é compartilhada entre família e Estado, exigindo da escola organização pedagógica coerente com o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência.

III. A corresponsabilidade prevista na LDB implica que dificuldades de aprendizagem ou infrequência não podem ser atribuídas exclusivamente à família.

IV. A atuação da escola diante de situações que comprometam a permanência do estudante deve articular ações pedagógicas e institucionais, em consonância com os princípios legais.

Assinale a alternativa correta:

A) Apenas I e II estão corretas.
B) Apenas II, III e IV estão corretas.
C) Apenas III e IV estão corretas.
D) Todas as afirmativas estão corretas.

02. Em uma unidade escolar da rede municipal, um professor afirma desconhecer o conteúdo do Projeto Político-Pedagógico (PPP), argumentando que sua atuação limita-se à execução do currículo e ao planejamento de suas aulas. Posteriormente, diante de questionamentos das famílias acerca dos critérios de avaliação e da organização do trabalho pedagógico, a equipe demonstra dificuldades em fundamentar institucionalmente suas decisões.

À luz dos arts. 12 e 13 da LDB - Lei nº 9.394/1996 e da natureza político-pedagógica do PPP, assinale a alternativa que melhor expressa a função desse documento no contexto apresentado:

A) O PPP constitui referência institucional da escola, porém sua apropriação sistemática pelos docentes é desejável, não sendo condição necessária para a legitimidade das práticas pedagógicas.

B) O PPP expressa as diretrizes coletivas da unidade escolar e orienta a organização do trabalho pedagógico, de modo que sua apropriação pelos professores é fundamental para assegurar coerência, unidade institucional e fundamentação pública das decisões educacionais.

C) O PPP formaliza a identidade da escola perante os órgãos administrativos, sendo sua principal função garantir alinhamento às políticas educacionais vigentes, ainda que a prática docente se organize de forma autônoma.

D) O PPP delimita princípios gerais da escola, cabendo à autonomia profissional dos docentes definir critérios de avaliação e encaminhamentos pedagógicos, independentemente de vinculação explícita ao documento institucional.

03. Durante uma situação de indisciplina em sala de aula, um professor utiliza comentários irônicos sobre o desempenho acadêmico de um estudante diante da turma, justificando que a exposição pública teria finalidade pedagógica e contribuiria para o amadurecimento do aluno. Parte da equipe entende que não houve agressão física nem intenção de ofensa, mas apenas estratégia corretiva.

À luz dos arts. 15, 17 e 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que asseguram o direito à liberdade, ao respeito e à inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, assinale a alternativa correta:

A) A atuação docente, quando orientada por finalidade educativa e inserida no contexto da gestão da sala de aula, não configura violação de direitos, desde que não produza dano comprovado à integridade física do estudante.

B) A exposição pública, ainda que motivada por intenção pedagógica, pode caracterizar afronta à integridade moral do estudante, uma vez que o ECA protege não apenas contra agressões físicas, mas também contra práticas que atentem contra a dignidade e o respeito.

C) A incidência do ECA nas relações escolares restringe-se às hipóteses de violência grave ou reiterada, cabendo às normas internas da escola disciplinar situações de constrangimento eventual.

D) A intervenção corretiva do professor deve ser analisada exclusivamente sob o prisma da autonomia pedagógica, sendo a caracterização de violação de direitos condicionada à manifestação formal da família ou do próprio estudante.

04. Em uma reunião pedagógica, um professor defende que o currículo deve ser organizado **exclusivamente** a partir dos interesses imediatos dos estudantes e de suas vivências cotidianas, evitando conteúdos científicos e conceitos mais sistematizados quando não estiverem diretamente presentes no cotidiano da turma. Outro professor argumenta que a escola tem responsabilidade de garantir o acesso ao conhecimento historicamente produzido, planejando a partir dos **conceitos/conteúdos** previstos e buscando formas de torná-los compreensíveis ao destinatário.

Considerando os Fundamentos da Proposta Curricular do Município de Itapoá (2022) e a perspectiva histórico-crítica, assinale a alternativa correta:

A) A defesa de um currículo pautado exclusivamente por interesses imediatos é coerente com a perspectiva histórico-crítica, pois o cotidiano do estudante define os conteúdos escolares e substitui a seleção curricular sistematizada.

B) A posição apresentada é compatível com a concepção adotada, desde que a escola utilize os interesses imediatos como critério principal de seleção de conteúdos e, apenas secundariamente, recorra a conceitos científicos.

C) A posição apresentada contraria a concepção adotada, pois reduz o currículo ao imediato e enfraquece o papel social da escola; na perspectiva histórico-crítica, o planejamento parte do conhecimento/conceito sistematizado e o trabalho pedagógico deve mediar sua apropriação, articulando-o às condições concretas da turma sem submeter o currículo ao espontaneísmo.

D) A posição apresentada é adequada, porque assegura neutralidade pedagógica e evita imposições culturais; assim, os conceitos científicos devem emergir espontaneamente da experiência individual dos estudantes.

05. Durante uma reunião pedagógica, alguns docentes afirmam que a proposta de Formação Humana Integral da rede municipal se efetiva prioritariamente pela ampliação da jornada escolar, sustentando que a oferta de tempo integral, por si só, garante o desenvolvimento pleno dos estudantes, ao ampliar sua permanência na instituição.

À luz dos Fundamentos da Proposta Curricular do Município de Itapoá (2022) e da perspectiva histórico-crítica que a orienta, assinale a correta:

A) A formação humana integral não se reduz à ampliação do tempo de permanência na escola, pressupondo a organização intencional do trabalho pedagógico orientada pela apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos e pela articulação das dimensões intelectual, ética, estética, cultural e social do desenvolvimento humano.

B) A formação humana integral pode ser compreendida como ampliação do tempo escolar associada à diversificação de atividades voltadas ao desenvolvimento de competências acadêmicas e produtivas socialmente demandadas.

C) A ampliação da jornada escolar constitui elemento estruturante da formação humana integral, uma vez que o aumento do tempo institucional favorece experiências diversificadas, ainda que não esteja necessariamente articulado à reorganização dos fundamentos teórico-metodológicos da escola.

D) A oferta de tempo integral representa, isoladamente, estratégia suficiente para consolidação da formação humana integral, bastando ampliar oportunidades educativas e reduzir vulnerabilidades sociais, sem considerar a concepção curricular.

06. Em uma unidade escolar da rede municipal, diante das dificuldades apresentadas por um estudante público-alvo da Educação Especial, parte da equipe pedagógica propõe que ele passe a frequentar exclusivamente o Atendimento Educacional Especializado (AEE), argumentando que sua permanência na classe comum compromete o ritmo da turma e que o atendimento especializado garantiria maior adequação pedagógica.

À luz da perspectiva da Educação Inclusiva assumida na rede municipal e da legislação educacional vigente, assinale a alternativa correta:

A) A proposta pode ser considerada adequada quando houver laudo clínico que comprove a deficiência, uma vez que o AEE constitui modalidade substitutiva ao ensino comum nesses casos.

B) A organização do AEE como atendimento exclusivo pode ser admitida temporariamente, desde que haja anuência da família e justificativa pedagógica registrada pela escola.

C) A proposta revela compreensão inadequada da Educação Inclusiva, pois o AEE possui caráter complementar ou suplementar ao ensino comum, devendo ocorrer articulado à classe regular, e não em substituição a ela.

D) A decisão acerca da permanência exclusiva no AEE deve priorizar a avaliação técnica da equipe pedagógica, ainda que implique afastamento do estudante do convívio na classe comum.

07. Em debate pedagógico, um docente afirma que a escola deve manter postura neutra diante das desigualdades sociais, limitando-se à transmissão de conteúdos, sem assumir posicionamento formativo que possa ser interpretado como intervenção na realidade social.

À luz da concepção histórico-crítica assumida pela rede municipal e expressa na Proposta Curricular do Município de Itapoá (2022), essa afirmação:

A) É coerente com a função social da escola, pois a neutralidade pedagógica assegura imparcialidade na transmissão do conhecimento científico.

B) Pode ser considerada adequada desde que a escola garanta igualdade formal de acesso ao conhecimento, independentemente das condições sociais dos estudantes.

C) Corresponde ao princípio da autonomia docente, segundo o qual o professor deve evitar mediações que relacionem o conteúdo escolar às contradições sociais.

D) Expressa compreensão restritiva do papel da escola, ao desconsiderar que o ensino e a apropriação do conhecimento historicamente produzido participam da formação crítica dos sujeitos e de sua inserção consciente na realidade social.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

08. Durante o processo de revisão do Projeto Político-Pedagógico de uma escola municipal, a equipe gestora decide elaborar o documento apenas entre direção e coordenação pedagógica, apresentando-o posteriormente aos professores e à comunidade escolar para ciência. À luz da LDB (arts. 12 e 14) e dos princípios da gestão democrática, essa decisão:

A) É adequada, pois a equipe gestora possui autonomia para definir o projeto pedagógico da escola e apresentá-lo posteriormente à comunidade escolar.

B) Está parcialmente correta, pois a elaboração do PPP é responsabilidade exclusiva da equipe pedagógica, cabendo aos professores apenas executá-lo.

C) Contraria os princípios da gestão democrática, uma vez que o PPP deve ser construído coletivamente, garantindo a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar nos processos decisórios.

D) Está correta, desde que o documento esteja alinhado às diretrizes do sistema de ensino.

09. Em uma unidade da rede municipal, o administrador escolar organiza o funcionamento da escola priorizando apenas aspectos administrativos, como distribuição de salas, elaboração de horários, controle de frequência e organização de documentos institucionais, sem dialogar com a equipe pedagógica ou acompanhar a implementação da proposta curricular.

Considerando as atribuições da administração escolar e os princípios presentes na Proposta Curricular do Município de Itapoá, essa prática pode ser compreendida como:

A) Uma forma adequada de atuação administrativa, pois cabe ao administrador escolar organizar os processos burocráticos e administrativos da unidade, enquanto o acompanhamento das práticas pedagógicas permanece sob responsabilidade exclusiva da direção e da equipe pedagógica da escola.

B) Uma estratégia suficiente para o funcionamento da unidade escolar, uma vez que a organização administrativa e o cumprimento das rotinas institucionais garantem condições básicas para que o trabalho pedagógico ocorra de forma independente.

C) Uma prática aceitável quando as demandas administrativas da escola exigem maior atenção da equipe responsável, desde que a equipe pedagógica realize reuniões periódicas para acompanhar o trabalho docente e assegurar a implementação da proposta curricular.

D) Uma compreensão limitada da função administrativa na escola, pois a organização administrativa deve estar articulada ao trabalho pedagógico, garantindo condições institucionais para a implementação da proposta curricular e para a realização das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar.

10. No processo de avaliação institucional de uma escola da rede municipal, diferentes profissionais assumem responsabilidades complementares para garantir a coleta, organização e análise das informações sobre o funcionamento da unidade escolar. Nesse contexto, o administrador escolar contribui organizando instrumentos de avaliação, encaminhando formulários, sistematizando informações e realizando a tabulação dos dados produzidos pela comunidade escolar.

Considerando a finalidade da avaliação institucional no contexto da organização escolar, esse processo deve ser compreendido como:

A) Um procedimento administrativo voltado principalmente à coleta e organização de dados institucionais da escola, com a finalidade de atender às demandas do sistema de ensino e subsidiar a elaboração de relatórios administrativos periódicos solicitados pelos órgãos responsáveis.

B) Um processo contínuo de análise da realidade da escola que envolve a coleta, organização e sistematização de informações institucionais, permitindo à equipe escolar

refletir coletivamente sobre as práticas pedagógicas, administrativas e organizacionais desenvolvidas na unidade.

C) Um procedimento técnico conduzido prioritariamente pela equipe gestora da escola, responsável por interpretar os indicadores institucionais produzidos e definir encaminhamentos administrativos necessários para o funcionamento regular da unidade escolar.

D) Um mecanismo de controle institucional voltado principalmente à classificação e comparação de resultados entre escolas da rede, com a finalidade de estabelecer rankings e parâmetros de desempenho das unidades escolares.

11. As Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 1/2024) reafirmam que a organização das instituições de educação infantil deve garantir condições institucionais, pedagógicas e estruturais que assegurem o direito das crianças a uma educação de qualidade.

Nesse contexto, a atuação do Administrador Escolar na organização e acompanhamento do funcionamento da unidade educacional deve:

A) Priorizar a ampliação da oferta de vagas na educação infantil, garantindo o atendimento das demandas da comunidade e a organização administrativa necessária para o funcionamento da instituição.

B) Promover juntamente com a equipe escolar condições institucionais, pedagógicas e organizacionais que possibilitem o desenvolvimento integral das crianças, articulando a organização da escola às diretrizes curriculares e às práticas educativas próprias da educação infantil.

C) Orientar as famílias para que assumam papel central no acompanhamento do desenvolvimento das crianças, considerando que a educação infantil deve atuar prioritariamente como espaço complementar às experiências vividas no contexto familiar.

D) Organizar prioritariamente as rotinas administrativas e institucionais da unidade educacional, garantindo que as atividades pedagógicas sejam desenvolvidas pelos professores de acordo com o planejamento de cada turma.

12. Os conselhos escolares constituem importantes espaços de participação coletiva no âmbito da organização democrática da escola. No contexto das políticas educacionais brasileiras, essas instâncias contribuem para ampliar o diálogo entre profissionais da educação, estudantes, famílias e comunidade, fortalecendo os processos de acompanhamento e participação nas decisões institucionais.

Nesse contexto, no âmbito da organização administrativa da escola, o administrador escolar contribui com o funcionamento dos conselhos escolares ao:

A) Organizar administrativamente as reuniões do conselho escolar, sistematizar documentos e registros institucionais e contribuir para o encaminhamento das decisões coletivas da comunidade escolar.

B) Atuar como responsável pela condução das decisões pedagógicas da escola, orientando o trabalho docente e definindo as práticas educativas desenvolvidas na unidade escolar.

C) Assumir a coordenação das decisões institucionais da escola, substituindo a equipe gestora na condução das discussões e encaminhamentos do conselho escolar.

D) Definir as prioridades pedagógicas da escola a partir das reuniões do conselho escolar, orientando os professores sobre o planejamento das atividades educativas.

13. A Lei nº 9.394/1996 – LDB, em seu art. 15, estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar às unidades escolares progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, respeitadas as normas gerais da educação nacional e as diretrizes estabelecidas pelo próprio sistema de ensino.

Considerando a atuação do administrador escolar no âmbito da organização institucional da escola, a autonomia da unidade escolar deve ser compreendida como:

A) A possibilidade de a escola organizar suas rotinas administrativas e pedagógicas considerando as necessidades institucionais da unidade, ainda que sem articulação direta com o Projeto Político-Pedagógico e com as orientações do sistema de ensino.

B) A condição institucional que permite aos profissionais da escola desenvolverem suas práticas pedagógicas de forma independente, considerando principalmente as decisões individuais relacionadas ao planejamento e à organização do trabalho docente.

C) A organização do funcionamento administrativo e institucional da escola de forma articulada ao Projeto Político-Pedagógico, respeitando as normas do sistema de ensino e contribuindo para a implementação das ações educativas da unidade escolar.

D) A possibilidade de a escola definir autonomamente seus processos administrativos e pedagógicos, dispensando a necessidade de prestar informações institucionais ou apresentar relatórios ao sistema de ensino.

14. A organização dos tempos e espaços escolares constitui um elemento fundamental para o funcionamento da escola e para o desenvolvimento das atividades educativas. Nesse processo, a organização institucional envolve a articulação entre aspectos administrativos e pedagógicos, garantindo condições adequadas para a implementação da proposta curricular e para o desenvolvimento do trabalho docente.

Nesse contexto, no âmbito da organização dos tempos e espaços, o administrador escolar deve:

A) Organizar administrativamente horários, ambientes e uso dos espaços da escola, garantindo condições institucionais para o desenvolvimento das atividades pedagógicas previstas na proposta curricular.

B) Definir as estratégias pedagógicas de organização das turmas e das atividades educativas, considerando os objetivos de aprendizagem previstos no planejamento pedagógico da escola.

C) Estabelecer as prioridades pedagógicas da unidade escolar, orientando os professores sobre a organização das práticas educativas desenvolvidas com os estudantes.

D) Elaborar o planejamento pedagógico da escola, definindo a organização curricular e as metodologias de ensino adotadas pelos professores da unidade escolar**.**

GABARITO DE RESPOSTAS

Identificação:

NOME CANDIDATO(A):

DISCIPLINA: **ADMINISTRADOR ESCOLAR**

DATA: **22/03//2026**

INSTRUÇÕES:

– Preencha a área de identificação com seu nome, data da prova e disciplina.
– Marque as respostas com caneta esferográfica azul ou preta.
– Marque apenas uma resposta por questão. Em caso de marcação múltipla, a questão será anulada.
– Não rasure a Folha de Respostas.

QUESTÕES	ALTERNATIVAS			
01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D